

**SESSÃO SOLENE DE 9 DE JULHO DE 2002:
EVOCAÇÃO DE QUINZE ANOS DO CNE**

Sessão Solene de 9 de Julho de 2002: Evocação de Quinze Anos do CNE

Presidente (cessante) do Conselho Nacional de Educação

Prof.^a Doutora Maria Teresa Ambrósio

Senhor Presidente da Assembleia da República: quero, em nome do Conselho Nacional de Educação, começar por agradecer a Vossa Excelência o empenho e a disponibilidade de vir hoje aqui ao CNE presidir à abertura desta cerimónia evocativa dos quinze anos de criação do Conselho Nacional de Educação. A sua presença honra-nos muito e tem para nós um significado muito especial: ela confirma a ligação e a dependência jurídica muito estreita desta instituição com a Assembleia da República, que muito gostaríamos de ver aprofundada.

Senhor Ministro da Educação, Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior agradeço igualmente a presença de Vossas Excelências. Tivemos a honra de, há bem pouco tempo, os ouvir expor em Plenário as políticas dos Ministérios que dirigem. A presença de Vossas Excelências, hoje, é para nós também o sinal do diálogo e compreensão indispensáveis para este Conselho, se se quiser manter nele o espaço permanente de visão integrada e global da política de Educação e Formação, desde a infância à universidade.

A todos os presentes, Senhores Conselheiros, Senhor Representante da Conferência Episcopal, Senhores professores, estudantes, especialistas, a todos os que com a sua presença nos quiseram honrar ao aceitarem o nosso convite, o meu obrigado.

À Abertura desta Sessão Evocativa, como se lê no programa, seguir-se-á uma Mesa-Redonda com todos os Senhores Presidentes do Conselho Nacional de Educação que me antecederam. A presença do Prof. Barbosa de Melo, a presença do Prof. Marçal Grilo e do Prof. Mário Pinto, e

ainda do meu sucessor, Prof. Manuel Porto, já eleito pela Assembleia da República e que dentro de dias tomará posse, são presenças que devo assinalar e agradecer, porque fazem o elo de ligação entre o passado, o presente e o futuro.

Por isso, as minhas palavras serão apenas de boas-vindas, como anfitriã desta casa, cujo mandato finaliza, numa coincidência feliz, com esta data evocativa dos quinze anos de criação do Conselho Nacional de Educação, criado, aliás, sob proposta do então Ministro da Educação e meu grande amigo, Eng.º Roberto Carneiro.

Como Conselheira desde o início, e Presidente nestes últimos anos, permitam-me, contudo, que vos retire alguns momentos para sublinhar o quanto esta instituição foi para mim, para o meu percurso académico, cívico, político e até pessoal, um grande espaço de aprendizagem. Porque o CNE tem sido uma instituição aberta, dialogante, com inúmeras escolas e instituições de carácter educativo, desde a infância à universidade, com estudantes de todas as idades, com professores, com centros de formação profissional em vários sectores, com associações de pais, com instituições científicas e de investigação, com instituições culturais, de solidariedade, económicas, regionais, aqui encontramos muitas possibilidades de compreender melhor a realidade educativa. Pelo que me foi dado observar ao longo destes anos, o empenhamento de muitos Senhores Conselheiros, com o seu trabalho invisível, eu diria quase de voluntariado cívico e político, permitiu ao Conselho Nacional de Educação emitir numerosos e qualificados Pareceres, Recomendações e Opiniões, e não só. Igualmente é de salientar como importante tem sido, com a cooperação de especialistas e personalidades nacionais e estrangeiras, a realização de conferências, seminários, sessões especiais que deram contributos relevantes para um debate público esclarecido e alargado sobre a Educação, que tantos solicitam no nosso país. Todo este trabalho, tenho o gosto de afirmar, tem sido possível devido ao apoio de uma equipa técnico-administrativa dedicada e competente, e de uma direcção executiva lúcida e responsável.

Neste contexto, foi possível fazer emergir um espaço, onde, em conjunto, se tem reflectido, se tem tentado compreender a problemática educativa dos nossos dias, e procurado analisar as questões mais prementes, segundo uma perspectiva de evolução dinâmica e de relação sistémica com outros sectores da vida nacional. E a partir dessa análise propor, para discussão, linhas de orientação política, baseadas no direito de todos à Educação, salvaguardando valores comuns de justiça e solidariedade, defendendo sempre uma visão humanística da Educação, concretizando assim uma função do CNE que se nos afigura fundamental, tanto mais que hoje esta perspectiva tende por vezes a ser secundarizada pela funcionalidade económica da formação de recursos humanos, prioritariamente defendida por outras instituições para o sistema escolar.

Porém, os resultados da investigação educativa, as comparações de práticas inovadoras, de respostas alternativas que, um pouco por toda a parte, as políticas educativas tendem a dar aos grandes desafios da sociedade contemporânea, não têm também estado ausentes do Conselho Nacional de Educação. De 1987 a 2002, a evolução da problemática do pensamento, dos modos de intervenção da governação educativa, sofreram, como todos sabem, profundas alterações. Por isso, devo testemunhar que, no Conselho Nacional de Educação, se tem procurado também estudar e discutir as grandes questões da Educação dos dias de hoje, não apenas na perspectiva dos vários parceiros sociais, mas relacionando-as com outras grandes questões da área económica, da área social, da área cultural. Enfim, procurámos ao longo destes últimos seis anos construir uma visão global do papel da Educação, para o aprofundamento do desígnio nacional ou parafraseando o Prof. Adriano Moreira, do conceito estratégico do desenvolvimento integrado e humano do país.

Ouso, porém, dizer, que se o trabalho realizado nos parece útil e oportuno, é sobretudo importante o sentido democrático da política educativa global que procuramos fazer emergir. Isto é, se possuir um visão integrada de todos os sistemas e subsistemas da Educação, alargada agora a novos espaços de Educação e Formação ao Longo da Vida, que é o que está na agenda política em todos os países, se ter uma visão também prospectiva

da evolução do sector, é deveras fundamental e imprescindível, é através da participação dos parceiros socioeducativos que, estamos convencidos, se pode promover as grandes mudanças que as Políticas da Educação e da Formação carecem. Diálogo, participação, concertação educativa mas também cooperação com outras instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, como o Conselho Económico e Social e a Rede Europeia dos Conselhos Nacionais de Educação, procurando encontrar a convergência de anseios, expectativas e caminhos. Isto é, construir um sentido colectivo para a política educativa, onde a opinião pública se reveja. A consulta, a mediação política, o diálogo social, na minha opinião, são hoje indispensáveis numa democracia avançada, participativa, dialógica e reflexiva, sobretudo quando a sociedade em que vivemos está submetida à pressão da incerteza, do risco, da insegurança, da diversidade cultural e de gritantes assimetrias sociais. Encontrar plataformas comuns, construir opinião pública que se reconheça na política educativa, sobretudo nas suas intencionalidades finais, tem sido difícil, mas é um trabalho estimulante do Conselho Nacional de Educação, mesmo quando muitas vezes parece um trabalho inútil, ineficaz, que não é mediatizável e que poucas vezes parece responder à proposta de soluções imediatas que nos são pedidas. Mas, por outro lado, ele tem-nos dado a possibilidade de perceber que a Educação, a ciência e a cultura, as propostas dos que nela trabalham, governam, investigam, e até contestam, acabam por traduzir e reflectir, de modo explícito ou subliminar, a procura de uma maior dignificação das pessoas em si e enquanto cidadãos e uma maior participação e responsabilidade social.

Por isso, nesta data, desejaria partilhar com todos vós o papel importante que este Conselho, no passado, no presente tem tido, e estou certa, no futuro, continuará a ter, sobretudo na construção de um novo pensamento político para a Educação, que possa ser gerador de mudanças estratégicas. Sabemos bem que estas mudanças estratégicas são necessárias, por causa das transformações profundas do modelo de sociedade industrial, modelo ainda presente entre nós há quinze anos, quando da criação do Conselho Nacional de Educação, e também por virtude das exigências da nossa integração europeia, que nos impõem condições, e não apenas ao

ensino superior. Tais mudanças, só serão possíveis com o desenvolvimento da co-responsabilidade social, e com uma adequada e bem informada opinião pública.

Por isso, julgo que se configura hoje, quinze anos depois, e mais visivelmente, a necessidade do Conselho Nacional de Educação, como aliás, nos outros países, ser o espaço, por excelência, de mediação, de participação, de concertação educativa.

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhores Ministros, meus caros amigos, termino estas breves palavras, afinal mais longas do que desejava, mas a causa da Educação merece todo o nosso entusiasmo.

Mais do que o discurso, porque nem tudo na vida é discurso, gostaríamos de deixar o símbolo e o testemunho, o simbolismo deste dia e o testemunho de que todos, sem exceção, procurámos cumprir, procurámos saber, fazer e ser, dentro dos nossos limites e possibilidades.

Presidente da Assembleia da República

Dr. João Bosco Mota Amaral

Senhores Ministros, Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Tenho de dar um contributo decisivo para a brevidade desta Sessão inaugural, já que nos aguardam, aos Senhores Ministros, e a mim próprio, tarefas urgentes e inadiáveis na Assembleia da República. Debate-se lá, esta tarde, a partir das 15 horas, como se sabe, o estado da Nação.

Com muito gosto me associo à Comemoração do 15.º aniversário do Conselho Nacional de Educação. Passados três lustros da sua fundação, o Conselho demonstrou ter inegável utilidade e força, e, por isso mesmo, adquiriu vigor, realmente institucional. As funções que lhe cabem são de natureza consultiva. O seu exercício empenhado, porém, postula uma reflexão sólida e profunda sobre alguns dos mais importantes aspectos da vida da sociedade portuguesa. É mérito da Senhora Presidente e dos membros do Conselho, bem como dos respectivos antecessores, o prestígio de que gozam os trabalhos até aqui divulgados. Estando já eleito um novo titular para o cargo presidencial, o Conselho Nacional de Educação prepara-se, certamente, para uma nova arrancada. Cordialmente faço votos para o êxito dos trabalhos desta instituição, augurando que tenha um contributo cada vez mais positivo na melhoria dos resultados do processo educativo. Por eles se medirá o futuro de Portugal.

